

REDES DE SEDES E FILIAIS DE EMPRESAS NO BRASIL

Marcelo Paiva da Motta, Ronaldo Cerqueira Carvalho

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar os padrões espaciais das interações entre firmas multilocalizadas no País à luz da Teoria dos Fluxos Centrais de Peter Taylor. Mapearam-se as ligações entre as sedes e filiais de empresas agregadas por estado. Dentre os resultados obtidos, ressalta-se o grande número de ligações intraestaduais, sugerindo o forte papel dos agentes econômicos voltados para a oferta de bens e serviços na formação das cidades brasileiras; a maciça concentração de ligações no Centro-Sul, particularmente em São Paulo, mostrando que o posicionamento entre sedes e filiais não é fundamentalmente diferente da distribuição geral das atividades econômicas; e que o padrão caótico das ligações secundárias indica uma economia doméstica ganhando complexidade suficiente para escapar da forma hierárquica estabelecida.

Palavras-chave: rede urbana; gestão do território; teoria dos fluxos centrais.

Abstract

This paper aims to analyze the spatial patterns of interactions among multilocalized firms from Peter Taylor's Central Flow Theory point of view. The connections between firm headquarters and their local units were mapped and aggregated by states. Among the results, it is worth mentioning the large number of intra-state links, suggesting towniness driven activities have a strong role in the formation of Brazilian urban spaces; the massive concentration of connection in the Center-South region, particularly in São Paulo, showing that the patterns of company networks are not fundamentally different of the general configuration of economic activities; the chaotic patterns of secondary connections points towards the complexity of domestic economy as able to escape the established hierarchy.

Key words: urban network; spatial management; central flows theory.

As cidades não podem existir em isolamento, mas se articulando de acordo com seu tamanho, densidade e distanciamento, possuindo um inter-relacionamento, uma lógica que as preside, ou ao menos uma regularidade de comportamento espacial (BERRY, 1964). Nesse sentido, a interação entre elas é um aspecto fundamental de sua constituição e do funcionamento de suas economias.

Tradicionalmente, a única teoria que dava conta desse aspecto da realidade era a Teoria das Localidades Centrais, delineada por Christaller (1966) nos anos 30. Segundo esse aporte, a função das cidades é fornecer bens e serviços à população rural dispersa, formando uma área de influência ou hinterlândia de cada centro urbano. As funções mais elementares de valor agregado mais baixo, como o comércio a retalho do dia a dia, encontram-se em toda aglomeração urbana, mantendo uma capacidade de atração espacialmente restrita. As funções mais raras, de maior valor e complexidade se concentram nas cidades maiores, com grandes áreas de influência, atraindo também a população dos centros menores, que se dirigem a elas para adquiri-los. Forma-se,

assim, um encadeamento hierárquico de cidades, no qual os centros menores se inserem na hinterlândia dos maiores, aumentando progressivamente sua área conforme maior a quantidade de funções realizadas pelo centro urbano.

Com a emergência da chamada “era da informação”, ou “economia digital” (MALECKI & MORISET, 2008), onde a inovação e o trabalho intensivo em conhecimento passam a ser primordiais, com novas formas de produção descentralizada e flexível, principalmente a partir dos anos 80, com o uso crescente e cada vez mais difundido de tecnologias da informação (computadores, microprocessadores, *softwares*, aplicativos e telecomunicações), a sociedade passa a ser caracterizada por uma nova arquitetura espacial das interações, baseadas em rede. A economia global se constitui por redes ligando as maiores regiões metropolitanas – compreendendo vastos espaços polarizados por metrópoles, incluindo núcleos urbanos vizinhos – entre si, bem como suas áreas de influência (CASTELLS, 2010).

Dessa forma, a temática urbana e de rede de cidades ganha importância na medida em que o avanço das comunicações instantâneas e das tecnologias de transporte não significou uma aniquilação das distâncias e a indiferenciação do espaço. Conforme explicitado por Castells (2010), o mundo atual conhece a maior onda de urbanização da história, com porções significativas da população dos países passando a se concentrar em grandes cidades, fazendo surgir uma nova forma espacial, que Scott *et al.* (2001) denomina de Cidade-Região: uma ampla área, de fronteiras pouco claras, incorporando diversos núcleos urbanos, periurbanos e mesmo áreas fracamente urbanizadas, constituindo um complexo de atividades econômicas diversificadas, com alto grau de integração interna. As Cidades-Regiões no mundo são profundamente interconectadas entre si, funcionando como os nós espaciais essenciais da economia global.

Nesse contexto, as formas organizacionais em rede passam a ser hegemônicas, buscando os recursos necessários para suas operações onde quer que se encontrem. Essas redes, cujo todo forma um entrelaçado complexo, são organizadas, coordenadas e inovações são realizadas a partir dos centros de comando e controle em que se localizam grande parte das sedes de empresas, gerando polos de tomada de decisão.

Este complexo Castells (1999) chama de espaço de fluxos, pelo qual a sociedade passa a se organizar através de trocas – de informações, capital, ordens, tecnologia, interação organizacional, de símbolos etc. É a forma espacial pela qual a sociedade passa a organizar sua economia, principalmente as práticas dominantes, aquelas que têm o poder de modelar os hábitos e o modo de ser da sociedade em sentido amplo. O espaço de fluxos conecta os lugares chaves que contém atividades estrategicamente importantes e geradoras de valor.

Um importante parêntese deve se acrescentado: o espaço de fluxos não resume o total das relações sociais. A maioria esmagadora das pessoas vive no espaço de lugares, noção que dá conta das relações que se dão de maneira contígua, restrita pelos limites dos espaços vividos, concretos. Mas como os vetores dominantes estão no espaço de fluxos, o espaço de lugares não deixa de ser influenciado e sofrer consequências do funcionamento daquele, quer porque o espaço de fluxos é formado pela conexão de certos lugares físicos, portanto recebendo localmente benefícios das relações de longa distância, quer em virtude de ser uma área excluída dessas ligações globais.

Do ponto de vista das cidades, a questão não é simplesmente binária, fazer ou não parte de uma rede do espaço de fluxos, mas, mesmo para os locais mais conectados, a posição que eles ocupam no espaço de fluxos importa. O conceito de posicionalidade (SHEPPARD, 2002), ligado à proximidade relativa que os agentes mantêm entre si, é útil para o presente trabalho na medida em que as possibilidades de um agente econômico dependem de sua posição em relação aos outros, à forma, direção e quantidade de interações que as cidades têm entre si, inclusive envolvendo relações de poder, já que alguns lugares são mais influentes que outros por concentrarem a capacidade de decisão. A ideia que as condições de desenvolvimento de uma aglomeração urbana não estão restritas apenas às iniciativas locais se reforça, pois elas estarão inseridas em uma teia de interações a longa distância e em escalas distintas, que guardam pouca relação com o espaço euclidiano da contiguidade.

As possibilidades e potencialidades das cidades, seu desenvolvimento e competitividade só se tornam inteligíveis ao considerar as redes pelas quais as atividades nela localizadas as fazem se posicionar no sistema capitalista atual. A perspectiva das redes passa ser uma dimensão explicativa das economias urbanas.

Nesse sentido, as redes de empresas que se multilocalizam são um agente primordial do funcionamento da economia atualmente. Sua estratégia espacial objetiva selecionar os recursos que cada uma das diversas localidades dispersas apresentam para suprir seus propósitos.

Do ponto de vista da empresa individual, cada cidade que contém uma de suas unidades está contribuindo para a competitividade da rede daquela firma em particular, criando uma interação entre sua estratégia de atuação no mercado e a atratividade da localidade para as atividades produtivas. O efeito agregado de todas as cidades em um dado espaço e todas as firmas, criando um emaranhado complexo de ligações, gera um novo tipo de economia externa, a economia de rede, além da clássica economia de aglomeração (ROZEMBLAT & PUMAIN, 2007). As vantagens de se estar em um lugar com alta conectividade, gerando interdependência entre os centros urbanos – além da antiga hierarquia – retroalimenta a atratividade das cidades, que, via de regra, faz manter a forma da rede urbana herdada do período industrial clássico, daí sua estabilidade estrutural.

O presente artigo toma como ponto de partida o pressuposto que as cidades existem através das redes que as criam e que estas são produto da atuação dos agentes econômicos que se localizam nos próprios centros urbanos, criando assim uma relação entre local e global (PFLIEGER & ROZENBLAT, 2010). As cidades vão ser caracterizadas pela convergência entre as várias redes criadas pelos agentes individualmente. Os recursos de cada lugar e sua interação com organizações a distância vão criar a dinâmica que compõe a vida econômica do país, em constante processo de evolução.

Propõe-se aqui analisar a rede de sedes e filiais de empresas, atuando no mercado doméstico, que criam redes de relacionamentos a longa distância. Foram selecionadas a partir do Cadastro de Empresas do IBGE (ESTATÍSTICAS..., 2015) as entidades empresariais cujas unidades locais se encontram em municípios diferentes. Os padrões espaciais resultantes, agregados por estado, foram interpretados à luz da Teoria dos Fluxos Centrais (TAYLOR *et al.*, 2010), exposta a seguir.

A Teoria dos Fluxos Centrais

O presente trabalho parte do pressuposto que todo sistema urbano é composto, simultaneamente, por um duplo processo: as cidades polarizam a região de seu entorno de maneira contígua, com cada centro possuindo diferentes alcances segundo os equipamentos, bens e serviços que possuem. Ao mesmo tempo, as cidades também formam redes com ligações de longa distância entre si, se conectando de maneira seletiva.

De um lado, as cidades apresentam uma centralidade clássica, tendo o papel de fornecedoras de bens e serviços, polarizando uma área e encadeando hierarquias urbanas, tal e qual descrito pela Teoria das Localidades Centrais. As relações que esta centralidade suscita são de natureza local, baseadas na contiguidade e na fricção da distância, dependente de deslocamentos físicos da população, que aporta aos centros urbanos para adquirir aqueles bens e serviços que lá se concentram. Assim, todas as aglomerações urbanas se caracterizam por uma hinterlândia estante, cujo tamanho varia em função da centralidade, diretamente proporcional a quantidade de funções urbanas que uma cidade possui. Pode-se fazer um paralelo com a noção de espaço de lugares de Castells (1999): a formação de hierarquias urbanas e áreas de influência é um produto do funcionamento da economia de mercado clássica nas cidades, a partir dos espaços locais, de vivência, em uma escala de alcance mais restrita. Essa abordagem da rede urbana constitui um campo bem estabelecido na geografia, já existindo uma vasta literatura analisando diferentes nuances da função das cidades enquanto fornecedora de bens e serviços, em distintos contextos históricos e em diversos países e subespaços nacionais (por exemplo, no Brasil, vide GEIGER, 1963; CORRÊA, 1967; CORRÊA, 1988; ROCHEFORT, 1998, dentre muitos outros).

Porém, esses processos locais a que Taylor et al. (2010) denominam de town-ness, mais característicos das cidades menores, é somente metade da explicação da natureza das redes urbanas. A oferta de bens e serviços é uma feição relativamente estática das economias urbanas, pouco afeita a rápidas mudanças e a incorporação de atividades inovadoras e inusitadas. O town-ness com seu encadeamento de hierarquias produz uma dependência das cidades e regiões de baixa centralidade em relação das de alta e poucas oportunidades de inovação, já que não há mecanismo de expansão da atividade econômica, de criação do novo.

O essencial das cidades, sobretudo das de maior porte, é explicado pelas relações de longa distância que as atividades nelas localizadas suscitam, o city-ness (ibid.), o atributo de ser cidade. As redes criadas nos centros urbanos, operando em mercados amplos, em escalas nacional e global, são abertas a criação de novas formas de trabalho e precisam necessariamente gerar inovações, tornando mais complexa a divisão do trabalho. Um dinamismo econômico mais intenso só se faz obrigatoriamente indo além de servir a hinterlândia local, não importando a hierarquia do centro em que se encontre, porque as atividades formam essas redes para justamente buscar os recursos necessários para si onde quer que se encontrem. Então, a vantagem econômica fundamental de uma cidade, além da antiga economia de aglomeração, é possuir uma forte externalidade positiva de redes, isto é, um grande número de atividades trocando trabalho, conhecimento e recursos com seus congêneres à distância. O padrão agregado dessas relações não obrigatoriamente geram redes hierárquicas, havendo espaço para ligações “horizontais”, heterárquicas, como as explicitadas pela especialização produtiva e pela divisão funcional de atividades.

Os processos que criam city-ness trazem à cidade um conjunto cosmopolita de pessoas, mercadorias, ideias e ações de natureza não local, ligando diversas regiões e cidades distantes entre si. Cada cidade é caracterizada por possuir uma combinação específica destas atividades que, individualmente, têm um certo padrão de conexões extralocais. Sua agregação leva a que o centro urbano possua uma posição singular no emaranhado de ligações transacionais das atividades que formam a rede urbana. Dessa maneira, o resultado do funcionamento da rede é que cada cidade possui um papel diferenciado, único, onde a expansão econômica e a inovação ocorrem, e não apenas um acúmulo de funções urbanas que se repetem. Pela Teoria das Localidades Centrais, as metrópoles e as cidades pequenas têm mais ou menos a mesma natureza, apenas as cidades maiores possuem mais funções urbanas com um alcance espacial maior. Já na Teoria dos Fluxos Centrais, o que diferencia os centros urbanos são as relações de longa distância que criam uma complexidade própria a cada um deles. O town-ness está para o espaço de lugares como o city-ness está para o espaço de fluxos.

O caráter duplo das cidades, isto é, fornecer bens e serviços a uma hinterlândia e criar redes de longa distância, está invariavelmente presente em todos os centros urbanos, variando o grau em que um ou outro tem para explicar a economia de cada cidade. Mesmo uma metrópole e uma cidade-região do porte de São Paulo (ARRANJOS..., 2015) possui o papel de fornecer bens e serviços e atrai a população dispersa em uma hinterlândia. Porém, o principal fator para explicar aquele conjunto urbano são as atividades de serviços avançados se conectando a seus congêneres em cidades-chaves da economia global e doméstica, como Londres e Nova York e as demais capitais do País (Brasília, Rio de Janeiro, Recife). Em um sentido oposto, a economia de uma cidade pequena gira em torno do comércio local, fornecendo bens e serviços, o que não exclui pontualmente alguma atividade dinâmica com conexão de longa distância, como, por exemplo, a cultura da soja no interior do Centro-Oeste. Desse modo, não existem cidades não-globais. A globalização é um processo incorporador, refletindo variações na forma e na intensidade nas ligações das cidades entre si, baseadas em sua trajetória histórica e na posicionalidade em que ocupa atualmente na rede de relações (TAYLOR et al., 2014).

Taylor (2012) divide a rede de cidades em três níveis: o primeiro é o próprio conjunto da rede em si, que, no limite, é a economia global. O segundo, o nível nodal, corresponde aos nós que se interconectam, as cidades. O terceiro corresponde ao nível subnodal, que são os agentes que operacionalizam as conexões das redes, nomeadamente as empresas atuando dentro dos centros urbanos. O presente trabalho se concentra nesse terceiro nível, nas unidades locais de empresas interligadas, cujo padrão agregado dá evidência das formas pelas quais as cidades se conectam.

Um ponto importante para se chamar atenção é que este esquema teórico não reifica a cidade. A cidade não é simplesmente uma forma espacial pronta, mas é o resultado da ação de agentes econômicos em funcionamento, trocando ativamente recursos entre si. As aglomerações urbanas são frutos de relações sociais vivas, com os fluxos criando valor. Nas palavras de Taylor (2012), as cidades “são um processo, práticas de rede que criam um espaço de fluxos”.

Um caso que exemplifica essa questão teórica é a metrópole do Rio de Janeiro. Sua hinterlândia baseada na rede urbana clássica é pequena, espacialmente limitada, se estendendo no máximo para a região de Juiz de Fora (MG) e para o sul do Espírito Santo. Essa área de influência não é grande o suficiente para sustentar economicamente uma cidade do porte do Rio de Janeiro. Não se pode explicar a economia carioca com base na oferta de bens e serviços, ela não basta. É

necessário levar em conta as conexões de longa distância, as redes que as atividades mais dinâmicas nela localizadas operam, como a indústria petrolífera, de entretenimento, da indústria de transformação, entre outras.

Por fim, cabe ressaltar que a Teoria dos Fluxos Centrais de Taylor é apenas uma das formas de abordagem possíveis para a análise e interpretação do conjunto de relações entre cidades, e também ainda não se configura como uma teoria científica plenamente estabelecida como a Teoria das Localidades Centrais de Christaller. Trata-se, em realidade, de um modelo explicativo das redes de cidades na contemporaneidade que, não obstante, vem sendo cada vez mais testada por estudos empíricos (vide ZHEN et al., 2013, por exemplo).

Objetivos

O objetivo deste trabalho é interpretar os padrões espaciais das interações criadas entre firmas multilocalizadas, um dos agentes mais atuantes em concretizar o city-ness, formando um emaranhado interconectado de cidades. A abordagem de rede de empresas também é uma forma consolidada de se estudar rede urbana, porque evidencia a concentração da capacidade de tomada de decisão e de gestão sobre um determinado espaço, conforme já estudado por autores como Corrêa (1989), Taylor (2001) e Rozenblat & Pumain (2007).

Tomou-se o conjunto das empresas formais presentes no cadastro CEMPRE (Cadastro Central de Empresas) (ESTATÍSTICAS..., 2015) como universo de pesquisa. Embora as firmas de serviços avançados¹ constituam um setor-chave que realizam as conexões entre cidades, criando o topo das hierarquias das redes urbanas globais, conforme abordado por Taylor (2001), Sassen (1991) e, para o caso do Brasil, Carvalho e Motta (2016) e Rossi et al. (2007), o total das firmas permite verificar o comportamento espacial dos níveis mais elementares, possibilitando uma análise mais fina.

Como os padrões de interação das redes de empresas, tendo por unidade espacial o município, formam uma nuvem de linhas de difícil representação e interpretação, optou-se por sua agregação, por exemplo, ao nível estadual para a melhor visualização dos grandes padrões espaciais do país. Esse procedimento se justifica principalmente quando se percebe que a interação entre as cidades produz macroestruturas geográficas e dinâmicas espaciais que se manifestam na escala do sistema urbano como um todo – sem perder de vista que as interações concretas entre os agentes se dão nos níveis micro (ou subnodal) e no nível das cidades (nodal). Enfatiza-se, entretanto, que a unidade em que o dado foi trabalhado é o município e há um forte peso das capitais estaduais dentro de cada unidade da federação.

¹ Empresas de advocacia, consultoria legal, de financiamento, propaganda e *marketing*, instituições bancárias, desenvolvimento tecnológico etc.

Notas metodológicas e operacionais

Este texto dá prosseguimento aos esforços iniciados na publicação *Gestão do Território: 2014*, onde foi analisada a gestão empresarial a luz das relações entre os municípios que abrigam organizações empresariais², rompendo as barreiras da distância, em dinâmicas que vão além do trato local (GESTÃO..., 2014). Em continuidade, procura-se aqui evidenciar o quantitativo das ligações administrativas entre sedes e filiais e também delinear os padrões de localização gerados neste contexto, analisando-os em relação a recortes espaciais como os estados e as grandes regiões brasileiras.

A fonte de dados primária, cujo ano de referência é 2013, foi obtida do Cadastro Central de Empresas do IBGE – CEMPRE (ESTATÍSTICAS..., 2015), considerando somente as entidades empresariais. Desta base de dados não foram incluídos os registros de microempreendedores individuais, empresas da administração pública, entidades empresariais sem fins lucrativos, pessoas físicas com CNPJ, organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Nos mapeamentos, as cores, o diâmetro dos círculos e a espessura das linhas traduzem ou o total de endereços de atuação, especificamente filiais de empresas, ou o somatório de assalariados presente nas filiais. Os fluxos (linhas) estão orientados no sentido da sede para a filial, representando o poder decisório da primeira sobre a última. A já mencionada agregação em nível estadual, e a do ponto de vista das Grandes Regiões Brasileiras, foram escolhas que garantem uma visibilidade mais sintética, abrindo-se mão de um trama de densa capilaridade de vetores intermunicipais, exibindo em seu lugar grandes eixos de relacionamento no território nacional: linhas para ligações interestaduais ou inter-regionais e círculos, indicando autofluxos, para ligações intraestaduais ou intrarregionais.

Assim, um exemplo da operacionalização dessa agregação é a ligação entre o estabelecimento-matriz de uma empresa situado em Campinas/SP com suas duas filiais localizadas em Niterói/RJ, resultando em um fluxo formado entre o estado de São Paulo, com o estado do Rio de Janeiro de intensidade igual a dois. Em outra conjectura explicativa, o somatório das filiais de Olinda/PE, vinculadas a sedes empresariais oriundas de Recife/PE, será computado no bojo das ligações intraestaduais de Pernambuco e intrarregionais da Região Nordeste. Em resumo, apesar de a unidade mínima de análise ser o município, referência do endereço de atuação das empresas, agrupou-se os resultados nas escalas estadual e das grandes regiões, objetivando delinear os grandes eixos de interconexão no território.

As empresas que fazem parte do universo pesquisado possuem, no mínimo, uma filial, situada em município diferente do município do estabelecimento-matriz, de forma a explicitar as interações entre os lugares.

Um outro enfoque adotado foi a opção por percentuais em relação ao total de filiais e assalariados externos. Quanto à questão da medição da participação da força de trabalho nas filiais, a verificação da distribuição espacial dos chamados “assalariados externos” já foi empregada por Corrêa (1968) em seus estudos clássicos sobre o papel dirigente das metrópoles. À guisa de comparação, o presente trabalho recorre ao conceito. Considera-se, neste caso, como assalaria-

² Os termos “empresa”, “firma”, “estabelecimento” e “companhia” são tratados como sinônimos no presente trabalho.

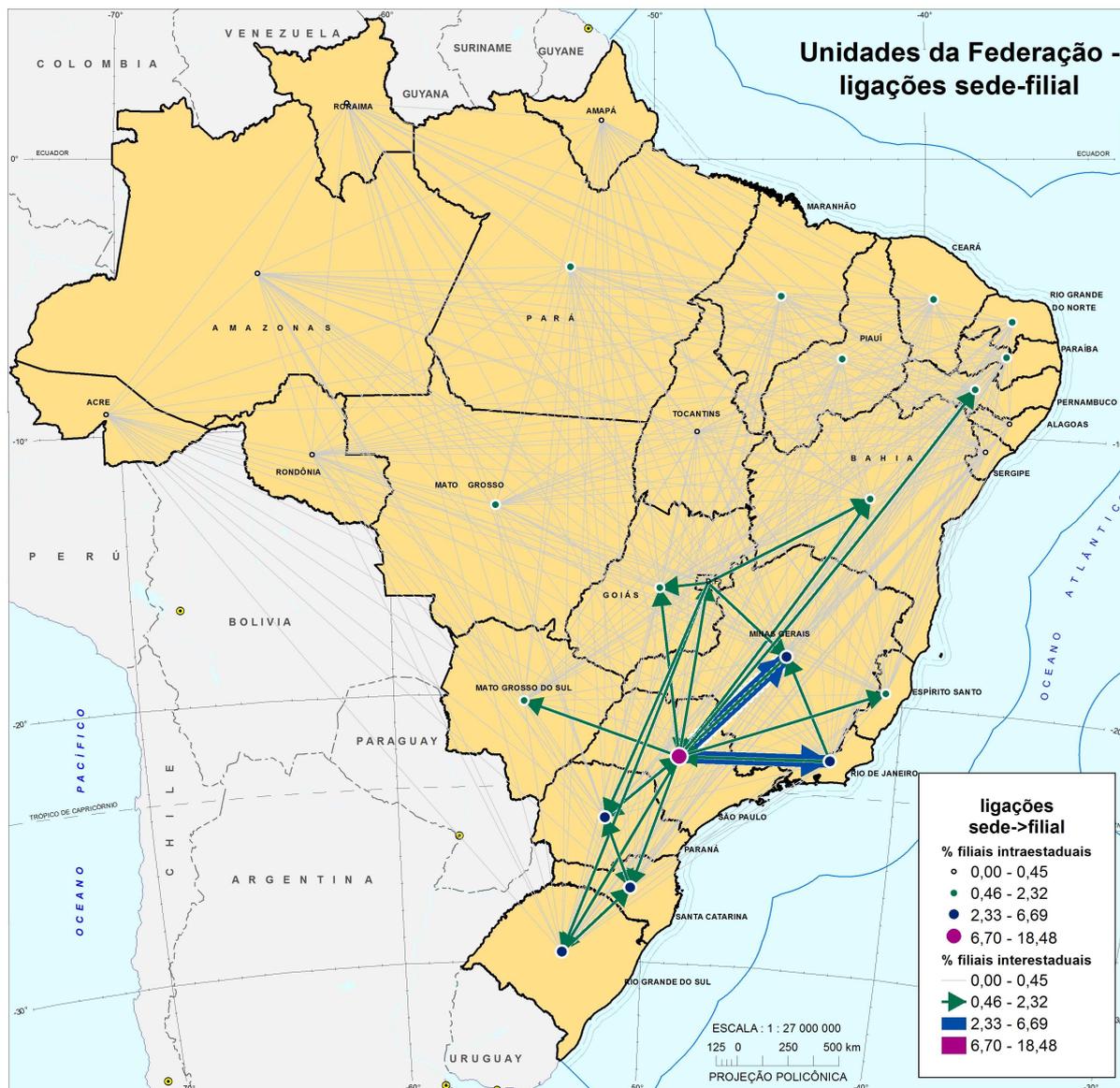
dos externos o conjunto de trabalhadores lotados fora dos limites municipais em que estão situadas as empresas-sede, denotando o seu vínculo com suas matrizes. Posteriormente, também foram efetuadas as agregações nos níveis estadual e regional. Como exemplo desse procedimento, uma empresa com sede em um município no Pará que possui 15 assalariados alocados em filiais situadas em municípios do Maranhão, este quantitativo de trabalhadores será considerado na qualificação do fluxo interestadual que parte da unidade da federação paraense para o estado do Maranhão. Ao seu turno, em uma simulação análoga, seria considerado no quadro de ligações intraestaduais de Santa Catarina, o total de funcionários pertencentes a filiais em Blumenau/SC vinculadas a empresas sediadas em Florianópolis/SC.

Nos mapeamentos desenvolvidos neste trabalho, de forma a melhor adequar a classificação da variável em evidência, empregou-se o Método Analítico de Otimização de Jenks que identifica as quebras entre classes. O algoritmo utiliza fórmula estatística que consiste basicamente na minimização da soma de variância dentro de cada grupo. Em sequência, procedeu-se a ajustes manuais para melhor acomodação dos valores às faixas de classificação.

Para a visualização das ligações entre os agrupamentos, utilizou-se de centroides aplicados aos polígonos correspondentes aos entes da federação e às grandes regiões. Destaca-se também que não há ligações internas atribuídas ao Distrito Federal, devido à regra das filiais multilocalizadas que demanda mais de uma localidade na mesma unidade da federação para caracterizar uma ligação.

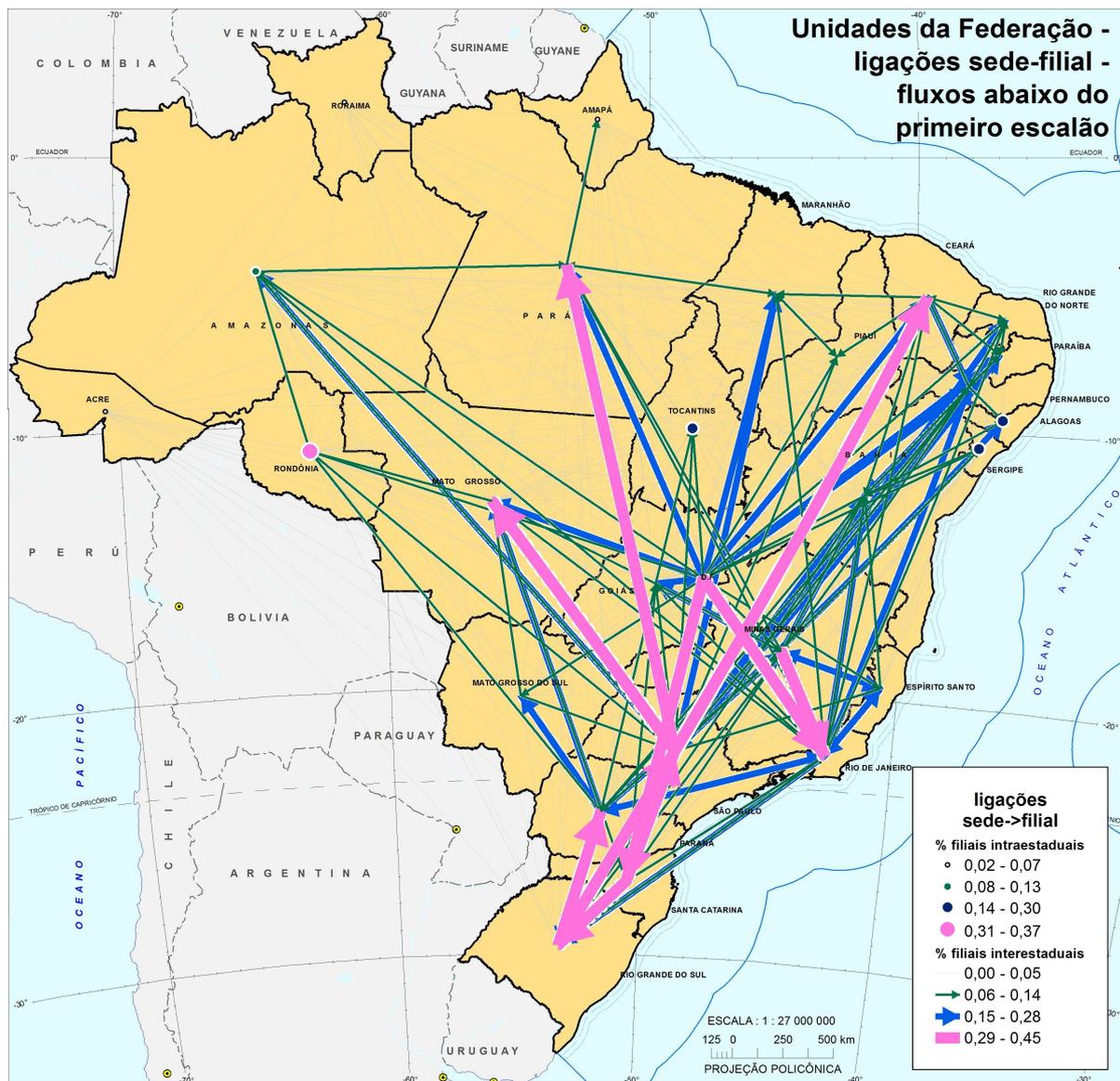
Resultados

O Mapa 1 inicia a série de análises que objetivam identificar os grandes eixos de articulação na ótica da gestão empresarial em uma visão mais abrangente. O somatório que qualifica os fluxos envolvidos apresenta o montante de 263.495 estabelecimentos (filial) associados, conforme citado anteriormente, a empresas de projeção intermunicipal. Os resultados mais significativos apontam para o estado de São Paulo (círculo lilás). Aproximadamente 19% das filiais multilocalizadas estão vinculadas às ligações dentro do estado. Em se tratando de autofluxos (ligações internas aos estados), os seis primeiros fluxos percentualmente mais intensos dizem respeito às ligações intraestaduais. São os círculos azul-escuro na ordem, depois de São Paulo: Rio Grande do Sul (6,69%), Minas Gerais (5,85%), Paraná (4,19%), Santa Catarina (3,66%) e Rio de Janeiro (2,89%). Os principais fluxos entre sedes e filiais interestaduais são do estado de São Paulo para o estado do Rio de Janeiro e de São Paulo para Minas Gerais. Correspondendo, respectivamente, a 2,81% e 2,60%. A força dos resultados alcançados por São Paulo vai além das ligações com Rio e Minas, passando por todas as unidades federativas do Centro-Sul, integrando também os estados nordestinos da Bahia e Pernambuco, todos na terceira classe do mapa (setas verdes). Os demais estados se interconectam com uma intensidade bem mais fraca do que na dos fluxos já descritos nas três primeiras classes do mapa. Seus resultados serão comentados na sequência dos mapeamentos.



Mapa 1. Ligações sede-filial, segundo as Unidades da Federação – 2013. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2013.

De forma a criar uma perspectiva que retira de cena os fluxos destacados anteriormente, produziu-se o Mapa 2, abrangendo 94% da distribuição. Na prática, foram reclassificadas as linhas que estavam na cor cinza no Mapa 1. Dos 11 fluxos da primeira classificação (cor rosa), nove partem do Centro-Sul brasileiro. Os mais intensos, do Rio Grande do Sul para o estado de São Paulo, e do Distrito Federal para o Rio de Janeiro, correspondem juntos a quase 1% dos fluxos da base de dados. Atenta-se, ainda na primeira classe, para os fluxos de longa distância unindo São Paulo com suas filiais do Pará e também do Ceará. As ligações da segunda classificação do mapeamento se dispõem em fluxos de direções opostas aos das ligações da primeira classe. Na terceira e na quarta classe percebe-se a manifestação significativa de fluxos transversais no território, ligando estados além do centro econômico do País.

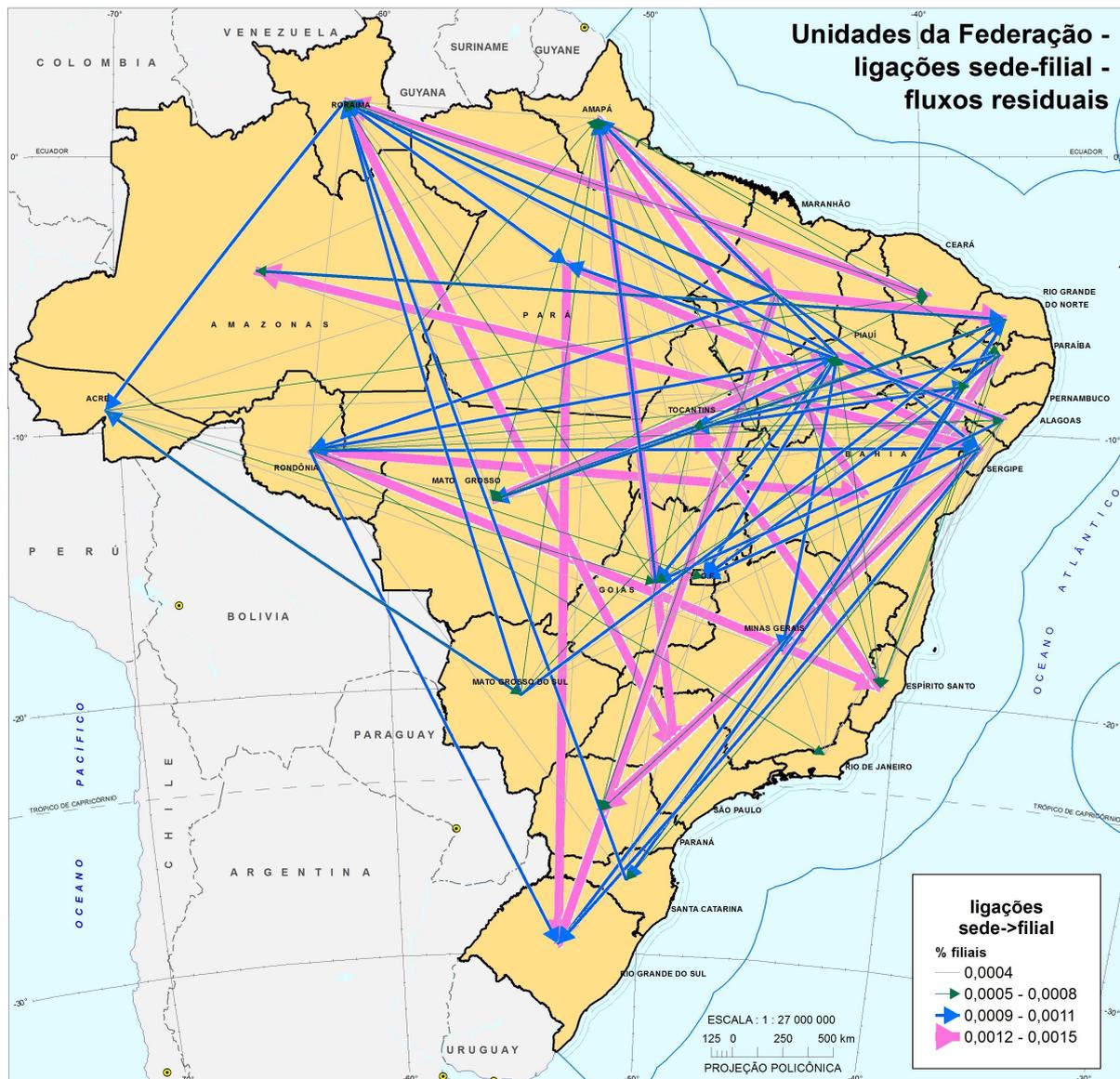


Mapa 2. Ligações sede-filial, segundo as Unidades da Federação e fluxos abaixo do primeiro escalão hierárquico – 2013. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2013.

A intenção com o Mapa 3 é destacar o que se denomina aqui por fluxos residuais, isto é, de fraca expressão quantitativa. Foram selecionados os 20% menores fluxos. Observa-se na primeira classe do mapa a predominância de fluxos transversais. Esta situação também é patente na segunda e terceira classe. Longos eixos ligando unidades da federação distantes entre si estão, da mesma forma, estampadas na espacialização.

Através do Mapa 4 são consideradas as ligações intraestaduais e interestaduais agregadas, dessa feita, pelo total de assalariados externos ao município do estabelecimento-matriz. Os resultados estão próximos da disposição de fluxos do Mapa 1. O estado de São Paulo com seus fluxos internos é o dominante, observando-se em segundo plano a concentração de ligações no Centro-Sul. Não obstante, no ranking dos maiores percentuais de assalariados, registra-se forte presença

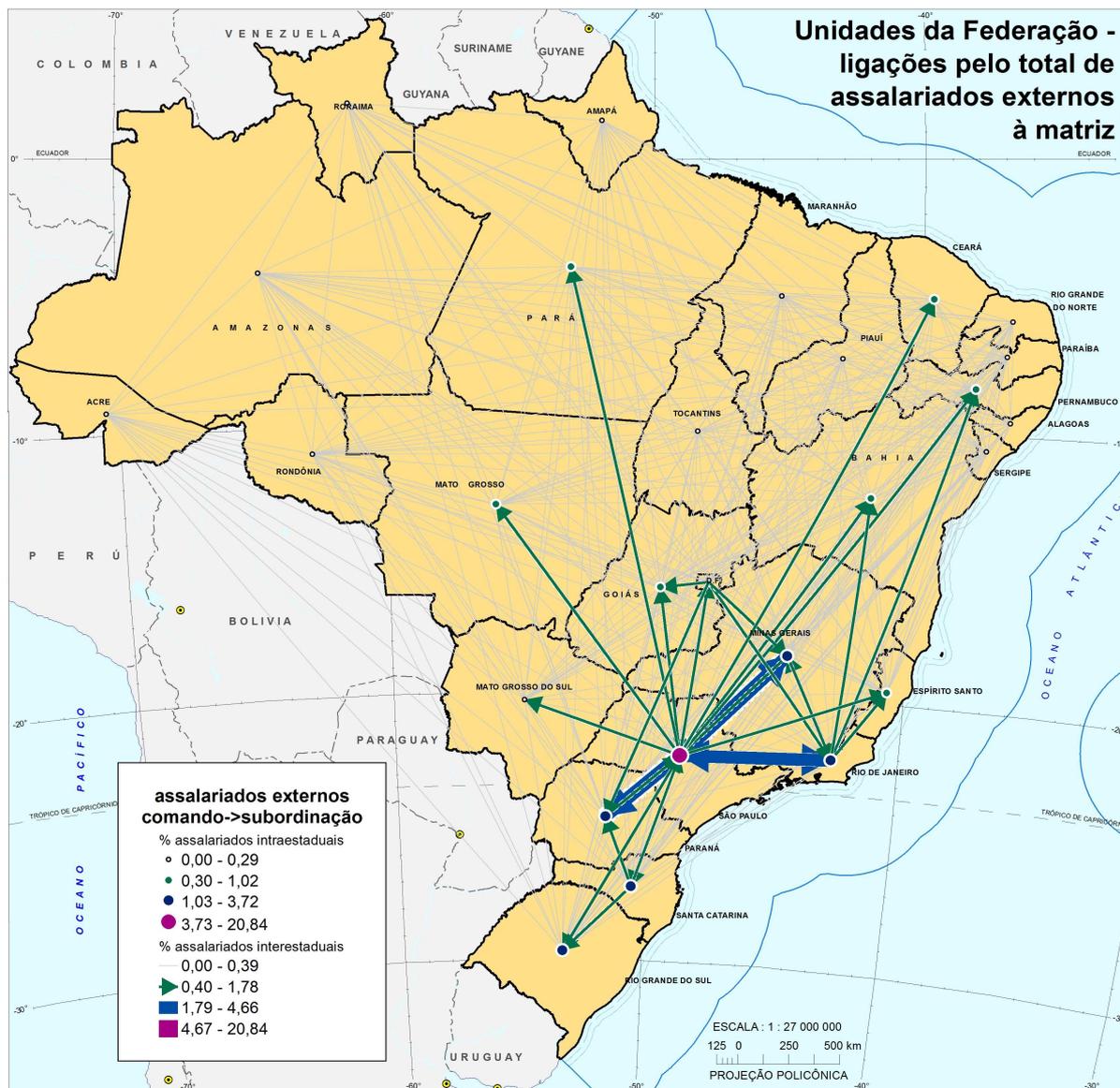
de ligações intraestaduais nas primeiras classes do mapa. Fora do âmbito do Centro-Sul, além de Pernambuco e Bahia, registram-se estados como Mato Grosso, Pará, Ceará na terceira classe deste georreferenciamento. Na última classe, em cor cinza, percebe-se a nuvem de interações entre as demais unidades da federação.



Mapa 3. Ligações sede-filial, segundo as Unidades da Federação e fluxos residuais – 2013. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2013.

Em sequência, para testar a relação entre as variáveis da pesquisa foi construído o gráfico de dispersão (Gráfico 1) e calculado o Coeficiente de Correlação de Pearson expresso em R^2 e respectiva equação da linha de tendência. Desta forma, obteve-se o valor 0,9269, indicando que a dispersão em torno da reta de regressão é pequena em relação à variação total dos valores de y . Em virtude da forte correlação positiva (92,69%), verifica-se que o percentual de Assalariados

Externos está muito associado ao percentual do número de filiais envolvido nas diversas ligações entre sedes e filiais.



Mapa 4. Ligações sede-filial, segundo as Unidades da Federação e o total de assalariados externos à matriz – 2013. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2013.

Finalmente, tem-se o Gráfico 2, sintetizando o conjunto de dados, com a análise das ligações face às Grandes Regiões brasileiras. Com efeito, o peso das ligações intrarregionais é muito grande. Neste quesito, 65,77% das filiais envolvidas são provenientes de ligações internas das regiões Sudeste, Sul e Nordeste. A primeira ligação inter-regional na ordem de importância a despontar (quarta no ranking) é da Região Sudeste para a Região Sul, considerando o indicativo de quase 5% do total de filiais.

Gráfico 1. Diagrama de Dispersão entre o percentual de Assalariados Externos (x) e o percentual da Quantidade de Filiais (y).

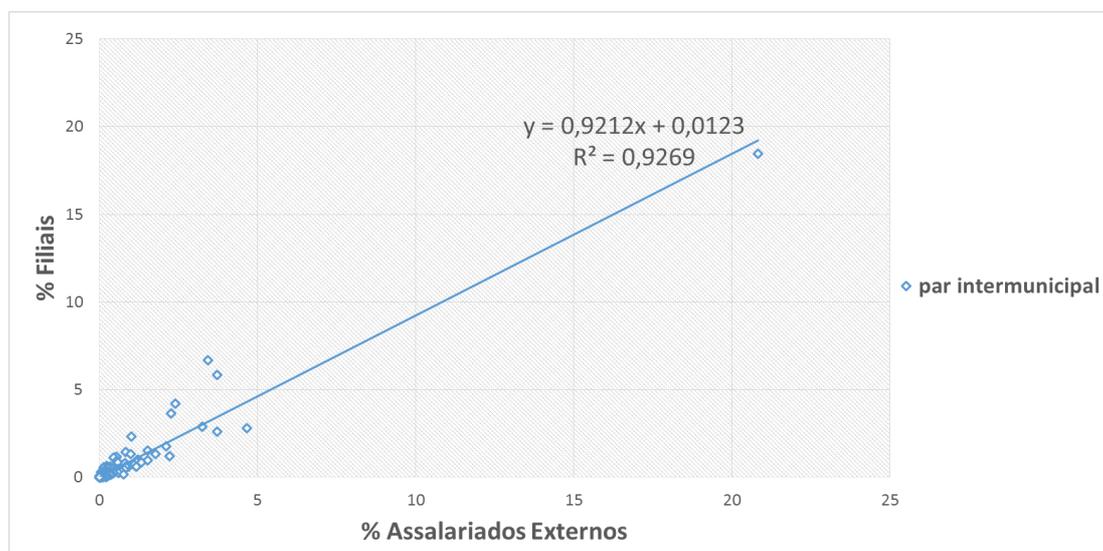
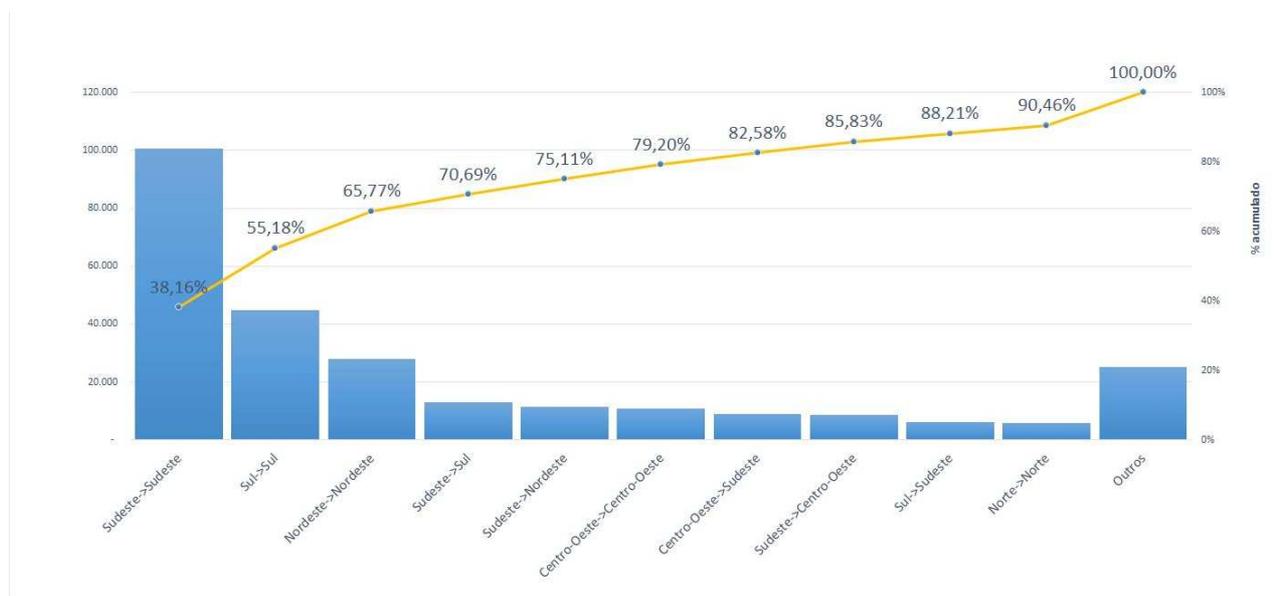
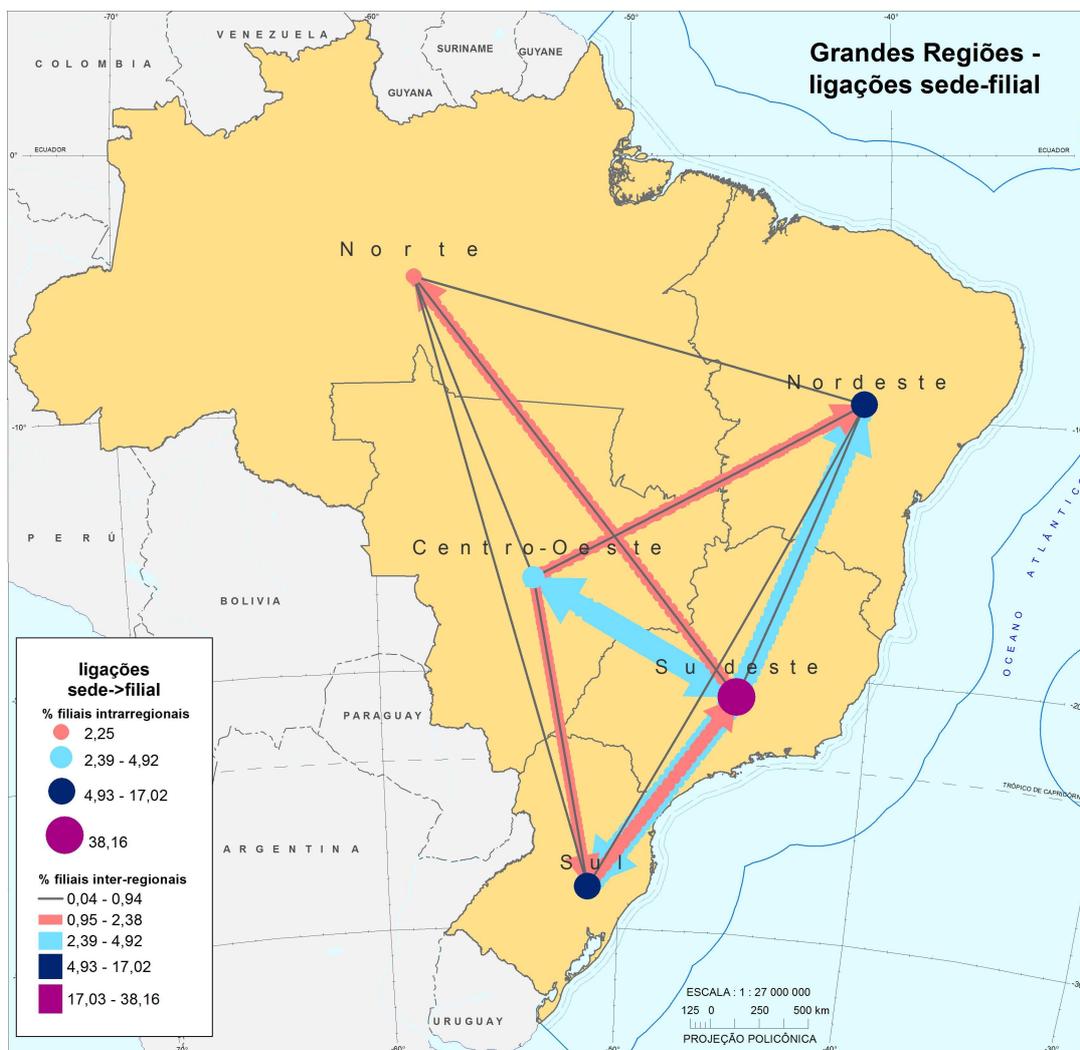


Gráfico 2. As 10 principais ligações no âmbito das Grandes Regiões brasileiras agregando pares de sedes e filiais de empresas.



Em continuidade à temática do gráfico anterior, o mapa 5 também ilustra a forte concentração das ligações internas (círculos maiores). Somente a partir do terceiro nível das classes do mapa (setas de cor azul claro) é que as ligações entre as diferentes regiões se fazem presentes. As mais fortes são capitaneadas pelo Sudeste e as mais fracas relacionadas à Região Norte. Quanto ao detalhamento desta classificação, vê-se que 38,16% das ligações estão circunscritas ao interior da Região Sudeste na primeira classe (círculo lilás). Na segunda classe (círculos em azul escuro), estão simbolizadas as ligações internas do Sul e da Região Nordeste, respectivamente.

mente 17,02% e 10,59%. Na terceira classe, há ligações do Sudeste para o Sul (4,92%); do Sudeste para o Nordeste (4,41%); as ligações intrarregionais do Centro-Oeste (4,09%); do Centro-Oeste para o Sudeste (3,38%) e finalmente do Sudeste para o Centro-Oeste (3,25%). Na quarta classe (setas e círculo vermelho claro), a maior ligação parte do Sul para o Sudeste (2,38%); depois vem a intrarregional da Região Norte (2,25%). Em continuidade, parte a ligação da Região Centro-Oeste para o Nordeste (1,89%) e do Centro-Oeste para a Região Sul (1,46%). Encerrando a listagem desta classe, seguem as ligações do Sudeste para a Região Norte (1,35%). A quinta classe se atém somente a ligações inter-regionais na seguinte ordem: Da Região Sul para o Centro-Oeste (0,94%); do Nordeste para o Sudeste (0,88%); do Centro-Oeste para a Região Norte (0,84%); da Região Sul para o Nordeste (0,61%); do Nordeste para a região Norte (0,35%); do Sul para o Norte (0,29%); do Norte para a Região Nordeste (0,24%); da Região Norte para o Sudeste (0,23%); da Região Nordeste para o Centro-Oeste (0,16%); do Nordeste para o Sul (0,14%); da Região Norte para o Centro-Oeste (0,12%); terminando pelo fluxo partindo das sedes da Região Norte com destino às filiais da Região Sul (0,04%).



Mapa 5. Ligações sede-filial, segundo as Grandes Regiões Brasileiras - 2013. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2013.

Conclusão: uma interpretação dos padrões espaciais das ligações

O primeiro padrão que chama a atenção nas ligações entre sedes e filiais de empresas é a preponderância das ligações intraestaduais. Além disto ocorrer individualmente em cada unidade da federação, em escala nacional há a inegável hegemonia de São Paulo, mostrando, como era de se esperar, que a integração das ligações de gestão nas entidades empresariais não é fundamentalmente diferente da distribuição das atividades econômicas em geral no Brasil. Existe também o fato de os fluxos empresariais que predominam terem um alcance mais curto. Isto é indicativo que a rede de sedes e filiais, além de serem um marcador do city-ness, das redes de longa distância, também incorporam as empresas voltadas para o atendimento da procura por bens e serviços clássica, para o town-ness. Seu grande volume dá indícios que a economia “velha”, isto é, baseada no deslocamento de população para o centro ofertante de bens e na adjacência das trocas econômicas têm um papel não negligenciável na formação das cidades brasileiras, consistente com o afirmado pela teoria dos fluxos centrais de Taylor.

No que diz respeito às ligações interestaduais, a centralização em São Paulo, o fato de o par de ligações de maior intensidade ser com o Rio de Janeiro e a concentração de ligações no Sudeste e no Sul evidenciam que a hierarquia urbana preexistente funciona como um atrator, fornecendo localizações preferenciais para a instalação de novas empresas nas cidades onde a centralidade já é significativa. No longo termo, a hierarquia urbana se reforça pela ação dos agentes econômicos, que optam por localizações “tradicionais”. É um efeito de feedback positivo: cidades de alta hierarquia detêm mais condições de abrigar atividades dinâmicas e inovadoras, reforçando sua posição na rede. Mudanças são, com algumas exceções, incrementais, havendo uma tendência à estabilidade estrutural em longo prazo.

Os dados, dessa maneira, se comportam de maneira consistente com a ideia lefebvriana, consolidada nos anos 1970, de o espaço ser um condicionante social. A configuração espacial que as redes de sedes e filiais de companhias que operam no mercado forma, a concentração de serviços, mão de obra qualificada e a construção de competências que a acompanha, contribui para a reprodução em longo prazo da forma histórica geral da rede urbana, com seu topo hierárquico em São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro e as maiores capitais possuindo significativamente um número maior de relações de longa distância. As atividades novas que porventura surjam têm maior probabilidade de se encaixar nos padrões espaciais previamente estabelecidos.

Deve-se chamar a atenção para a questão na qual as redes de empresas, tais quais as aqui analisadas, não formam um jogo de soma zero com os diversos espaços que as acolhem. Isto quer dizer que sua centralização em São Paulo, com este estado tendo um forte papel polarizador nas relações entre sedes e filiais das companhias multilocalizadas, não implica que as outras unidades da federação perdem ou saem enfraquecidas. É frequente que ocorra uma situação de soma positiva, isto é, onde todos ganham, uma vez que as redes formadas entre cidades funcionam pela interação colaborativa entre seus agentes, mais do que o simples exercício de autoridade ou dominação (ALLEN, 2010). Embora a repartição dos recursos seja desigual, o fato de se estar conectado a essas redes, significa que suas economias locais estão participando ativamente dos processos que formam city-ness, se inserindo aos pontos mais “luminosos” do território que conseguem atrair para si riqueza, investimentos, conhecimento etc.

Nesse sentido, a observação dos fluxos de caráter secundário evidencia o papel de outras unidades da federação na rede doméstica de sedes e filiais de empresas que não São Paulo – embora este mesmo estado não esteja ausente –, como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e mesmo o Distrito Federal.

Dentre os ramos de negócio que mais contribuem para as conexões de longa distância, tendo um papel predominante no city-ness, os de serviços avançados de apoio às empresas se apresentam como um dos mais ativos. Seu padrão espacial, conforme demonstrado em Carvalho & Motta (2016) é extremamente concentrado na metrópole paulista. Já com a totalidade de empresas multilocalizadas no País, embora essa concentração também ocorra, é possível perceber outras configurações espaciais, especialmente nos níveis de menor conectividade. No nível mais elementar, com menor número de ligações entre sedes e filiais, chama a atenção um padrão mais “transversal” de ligações, conectando diretamente os estados fora do centro econômico do País.

O fato que, quanto menor o nível das ligações, mais caótico o seu padrão, aparecendo mais as conexões “desviantes”, é indicativo que as relações de sedes e filiais da totalidade das empresas é mais complexa que a simples determinação econômica espacial onde um centro detém a hegemonia. Embora a tendência seja, em seus grandes padrões, o domínio de São Paulo sobre as demais unidades da federação, a economia doméstica já possui uma complexidade grande o suficiente para ter espaço nas relações a longa distância de maneira a escapar da forma hierárquica estabelecida.

Submetido em 5 de setembro de 2016.

Aceito para publicação em 20 de fevereiro de 2017

Referências

- ALLEN, J. Powerful cities networks: More than connections, less than domination and control. **Urban Studies**, vol. 47 (13), pp. 2895-2911. 2010.
- ARRANJOS populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE. 2015.
- BERRY, B. Cities as systems within system of cities. **Papers in Regional Science**, vol. 13 (1), pp. 7-205. 1964.
- CARVALHO, R.C.; MOTTA, M.P. Padrões espaciais dos serviços avançados de apoio às empresas na rede urbana brasileira. *In*: FIGUEIREDO, A. H. (Org.). **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. 1ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016, p. 101-118.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra. 1999, v. 1.
- _____. Globalisation, networking, urbanisation: Reflection on the spatial dynamics of the Information Age. **Urban Studies**, vol. 47 (13), pp. 2737-2745. 2010.
- CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966. 230 p.
- CORRÊA, R.L. Estudos de redes urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia** v. 29, n. 4, 1967, p. 93-116.
- _____. Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Geografia** v. 30, n. 2, 1968, p. 56-86.
- _____. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia** v. 50, n. 1, 1988, p. 61-83.
- _____. Os centros de gestão e o seu estudo. **Revista Brasileira de Geografia** v. 51, n. 4, 1989, p. 109-119.
- ESTATÍSTICAS do Cadastro Central de Empresas 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. 1963. 462p.
- GESTÃO do território: 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 118p.
- MALECKI, E.; MORISET, B. **The digital economy. Business organization, productions processes and regional development**. London: Routledge. 2008. 274p.
- PFILIEGER, G.; ROZENBLAT, C. Introduction: Urban networks and network theory: the city as connector of multiple networks. **Urban Studies**, vol. 47 (13), 2010, p. 2723-2735.
- ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano**. São Paulo: Hucitec. 1998.
- ROSSI, E.; BEAVERSTOCK, J.; TAYLOR, P. Transactions links through cities: 'decision cities' and 'services cities' in outsourcing by leading Brazilian firms. **Geoforum**, vol. 38, 2007, p. 628-642.

- ROZEMBLAT, C; PUMAIN, D. Firm linkages, innovation and the evolution of urban systems. *In*: TAYLOR et al. (Eds.). **Cities in globalization: Practices, policies and theories**. London: Routledge, 2007, p. 130-156.
- SASSEN, S. **The global city**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991. 397p.
- SCOTT, A. et al. Global city-regions. *In*: SCOTT, A. (Ed.). **Global city-regions: trends, theory, policy**. Cambridge/New York: Oxford University Press, 2001. p. 11-30
- SHEPPARD, E. The spaces and times of globalization: Place, scale, networks, and positionality. **Economic Geography** v. 78 (3), 2002, p. 307-330.
- TAYLOR, P. Specification of the world city network. **Geographical Analysis**, vol. 33 (2), 2001, p. 181-194.
- _____. History and Geography: Braudel's 'extreme longue durée' as generics? *In*: LEE, R. (ed.) **The longue Durée and world-system analysis**. Albany, NY: Suny Press, 2012.
- TAYLOR, P.; HOYLER, M.; VERBRUGGEN, R. External urban relational process: Introducing Central Flow Theory to complement Central Place Theory. **Urban Studies** vol. 47(13), 2010, p. 2803-2818.
- TAYLOR, P.; DERUDDER, B.; HOYLER, M.; NI, PENGFEI. Vital positioning through the world city network: Advanced producer firms as strategic networks, global cities as strategic places. **Economic Geography** 90(3), 2014, p. 267-291.
- ZHEN, F.; WANG, X.; YIN, J.; ZHANG, M. An empirical study on Chinese city network pattern based on producer services. **Chinese Geographical Science** vol. 23, n. 3, 2013, p. 264-285.